

PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DE UMA LOCALIDADE NO SUL DO BRASIL

RAQUEL WIGGERS

RESUMO *No sul da ilha de Santa Catarina, Brasil, o processo de desenvolvimento local tomou um rumo distinto daqueles tomados em outros lugares do Brasil e do mundo. O local onde foi desenvolvida a pesquisa que originou este artigo foi, por várias gerações, área de moradia e trabalho de pequenos produtores rurais, que tinham suas terras todas cultivadas, restando pouca floresta nativa. O processo de desenvolvimento regional e local privilegiou o turismo e a preservação ambiental, incentivando os moradores a buscar trabalho remunerado em outras regiões e a deixar o trabalho na terra, o que provocou impactos sociais e ambientais importantes: os morros passaram a ser “mata nativa a ser preservada” e o pertencimento das pessoas ao lugar passou a ser elaborado com base nas desigualdades sociais provocadas pelo contato com os turistas e veranistas.*

PALAVRAS - CHAVE *Mundo rural; preservação ambiental; família; pertencimento.*

ABSTRACT *In the south of the island of Santa Catarina, Brazil, the local development process has taken a different direction from those observed in other parts of Brazil and the world. The place where the research which led to this article was developed, for various generations, place of living and working of small farmers who had all of their lands cultivated, leaving little of the native forest preserved. The process of local and regional development privileged tourism and environmental conservation, leading the people who lived there to search for jobs in other regions and to stop working on the land, which caused important social and environmental impacts: the hills became “native forests to be conserved” and the belonging of the people to the place was then made based on the social inequalities caused by the contact with occasional and seasonal tourists.*

KEYWORDS *Rural world; environmental conservation; family; belonging.*

O processo de desenvolvimento que tem atingido diversas regiões do planeta geralmente ocorre no sentido de ocupação das áreas de florestas para plantações em larga escala ou transformação de pastagem para a criação de animais. É grande, por exemplo, a preocupação de ambientalistas com relação à Amazônia atualmente, com a derrubada da floresta para criação de gado e a invasão dos grandes produtores de soja na floresta amazônica vindos do Sul, pelo Mato Grosso.

O processo que ora apresento percorre o caminho inverso e mostra como uma área que foi cultivada por várias décadas sofre um processo de se transformar gradativamente em mata nativa a ser preservada. Esse processo aconteceu no sul da ilha de Santa Catarina e ocorreu devido a uma conjunção de fatores, entre eles o caráter tardio da ocupação turística dessa parte da ilha acrescido de outros elementos constituidores, como relações de parentesco, regras de herança, forma tradicional de as famílias se organizarem em *casas*, plano político da cidade, turismo, idéia de preservação ambiental, turistas e veranistas.

O local a que este texto se refere é a Caieira da Barra do Sul, uma comunidade à beira-mar localizada na última baía da parte sudoeste da ilha de Santa Catarina. Por várias décadas foi o local de moradia de famílias que viviam da pesca e da agricultura de subsistência. As casas foram construídas entre o mar e a montanha, ao longo da estrada, uma vez que o terreno é de acentuado aclave. Os morros atualmente são cobertos de intensa vegetação, fazendo uma paisagem encantadora de contato do verde com as águas do mar. O mar na Caieira é normalmente calmo e tranquilo, nos dias que não tem vento, mas nos dias de vento sul, que traz frio e chuva, o mar se agita e as pessoas não saem de casa.

No ano de 2003 quando foi feita a pesquisa de campo na Caieira da Barra do Sul, havia um total aproximado de 160 habitações, sendo 98 de moradores residentes não-sazonais e 62 casas de veraneio, que são ocupadas apenas durante os meses entre dezembro e fevereiro, no período de verão. A grande maioria dos moradores residentes na Caieira é nativa do bairro.

Procuro neste artigo apresentar a trajetória das mudanças que afetaram a Caieira da Barra do Sul e que resultaram num contexto específico de “preservação ambiental”. O interesse é trazer à tona a dinâmica local do processo interno de transformações fundamentais nos valores sobre a terra. Procurei olhar para a dinâmica interna do grupo para mostrar os processos que levaram a realidade de preservação ambiental. Com isso não pretendo desprezar os processos externos que colaboraram com esse resultado.

ESPECIFICIDADES DA OCUPAÇÃO DO LITORAL CATARINENSE

Caio Prado Junior (2000) aponta para a especificidade da ocupação do litoral de Santa Catarina levada a cabo pela Coroa portuguesa, ao trazer famílias do arquipélago dos Açores por volta da década de 1740.¹ O litoral catarinense – incluindo a ilha de Santa Catarina – foi a única região do Brasil que teve, em meados do século XVIII, um projeto de ocupação efetiva por famílias brancas para viverem no meio rural. No restante do Brasil colonial, houve uma forma de ocupação bastante distinta, com escasso povoamento de brancos sem família, alguma população negra escrava e, principalmente, agrupados em núcleos de povoamento. Essa política fez com que no litoral catarinense a população se adensasse no meio rural, “principalmente na Ilha de Santa Catarina, núcleo principal da capitania e sítio da capital, então, ainda, Nossa Senhora do Desterro. A sua densidade, nos 540km² da ilha atinge um índice notável para a colônia: 25 hab. por km²” (PRADO JR., 2000, p. 41). Criaram-se assim núcleos de população branca distribuída por área rural, que é proporcionalmente maior do que a de qualquer outro ponto da colônia.

Temos assim que na ilha de Santa Catarina, desde 1740 até meados do século XX, houve uma população não apenas urbana, mas também rural constituída de pequenos lavradores, situação rara no Brasil até princípios do século XIX. Essa realidade no li-

¹ Além das famílias açorianas, vieram para colonizar o litoral catarinense famílias polonesas, italianas, portuguesas, alemãs e africanas, mas em menor número e em grupos menores de cada vez (PEREIRA; PEREIRA, 1990).

toral catarinense se manteve praticamente inalterada até a primeira metade do século XX, ao menos no que diz respeito às comunidades de pescadores e agricultores de subsistência do interior da ilha de Santa Catarina.

As famílias que colonizaram o litoral catarinense eram agricultores e pescadores em sua terra natal e, ao se assentarem em novas terras, passaram a cultivá-la e a pescar. Os produtos e as técnicas de cultivo foram sendo adaptados ao novo ambiente, desenvolvidas mesclando suas próprias experiências com a dos índios que ainda podiam ser vistos por aquela região.² Os novos moradores aprenderam a cultivar a mandioca e adaptaram a tecnologia usada em Açores para beneficiar o trigo e a aplicaram nos engenhos de mandioca. Assim, a farinha de mandioca, o peixe pescado nas praias, a caça e alguns animais de criação doméstica eram a base de sua alimentação. As famílias também cultivavam frutas de todo tipo, principalmente laranja, banana e café. Essa produção agrícola, além de sustentar as famílias residentes nos sítios rurais, também abastecia os fortes construídos em algumas praias da ilha e o centro da cidade de Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis). O excedente era exportado para outros centros urbanos do país. Essa realidade fazia que, em toda a ilha de Santa Catarina, houvesse grandes áreas desmatadas para o cultivo das roças e plantação de pomares.

Nessa época o valor dos terrenos era determinado pela possibilidade de produção agrícola da terra e da mão-de-obra disponível pela família proprietária. A produção agrícola elaborava uma paisagem de terras cultivadas, que, segundo uma senhora de 78 anos moradora da Caieira, era uma paisagem em que “tudo era limpinho, bonito e cuidado”. Este “cuidado” elaborado pelo trabalho intensivo de toda família na terra fazia com que os terrenos tivessem um valor sentimental e um valor de uso para produção agrícola. Era a prática da família na terra que fazia as *casas* e o bairro serem *lugares praticados* (CERTEAU, 1999) pelos membros da comunidade. Fazia com que as famílias se mantivessem no meio rural geração após geração, havendo intercâmbios co-

2. A história de ocupação do litoral catarinense por famílias açorianas considera que estas, ao chegarem, encontraram um território desocupado e que os índios que lá viviam já se haviam retirado bem antes da chegada dos açorianos. Estudos recentes mostram que esta não era a realidade do litoral de Santa Catarina e que lá sempre houve uma população indígena residente (DARELLA, 2003). Um dos locais de habitação de população indígena são as terras continentais logo em frente à Caieira – chamado Massiambu –, ainda hoje habitado por índios guaranis. O trajeto de canoa em dias sem vento é rápido e fácil e facilita o contato das populações da ilha e do continente.

merciais e matrimoniais entre as várias comunidades rurais do litoral catarinense. Esta foi a realidade da Caieira da Barra do Sul até a década de 1960.

Até metade do século XIX, havia leis de proibição de qualquer tipo de indústria fora do eixo Rio–São Paulo. Como a fiscalização era mais intensa no litoral, a cidade de Nossa Senhora do Desterro, mesmo sendo a capital do estado, ficou submetida à condição de produtora rural. As cidades do interior foram as que conseguiram burlar a fiscalização, e são aquelas que atualmente contam com um parque industrial desenvolvido. Esta e outras razões ligadas à interiorização do Brasil deixaram essa parte do litoral relativamente isolado até metade do século XX.

MUDANÇAS NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS

Até a década de 1960 a cidade desenvolvia-se lentamente, sendo a capital do estado movida pelo funcionalismo público, pelo comércio e pelo Porto de Florianópolis. As comunidades de pescadores e agricultores do interior da ilha mantinham-se relativamente isolados das áreas centrais da cidade (FARIAS, 1998; FANTIN, 2000). Por volta do fim da década de 60, a cidade de Florianópolis passou a receber uma nova leva de migrantes, pessoas provenientes de outras cidades e estados brasileiros, motivados principalmente pela abertura da BR 101, pela fundação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pela transferência da sede da Eletrosul³ do Rio de Janeiro para a capital catarinense. A UFSC atraiu professores de outros estados que vieram para lecionar na universidade recém-fundada, e a Eletrosul recebeu funcionários que vieram transferidos de outras cidades, profissionais capacitados que recebiam salários de classe média. Por sua vez, houve contratação de outros profissionais necessários ao funcionamento das repartições: motoristas, secretárias, contínuos, seguranças, faxineiras etc., na sua maioria, nativos de Florianópolis.

³ Eletrosul Centrais Elétricas S.A. – foi criada em 23 de dezembro de 1968. Subsidiária da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás – e vinculada ao Ministério de Minas e Energia, é uma sociedade anônima de capital fechado que atua no segmento de transmissão de energia em alta e extra-alta tensão.

Antes da BR 101, Florianópolis mantinha um relativo isolamento com relação ao resto do país, apesar de ser a capital do estado de Santa Catarina. As rodovias de ligação da cidade com o interior do estado e outros estados do Brasil eram poucas e as que existiam eram bastante precárias (CARNEIRO, 1991; FARIAS, 1998).

As pessoas que chegaram à ilha na década de 60 provocaram modificações profundas na forma de viver na cidade de Florianópolis, afetando principalmente a vida nas antigas freguesias e bairros rurais. Os novos moradores, ao chegarem, foram morar em locais onde viviam famílias havia muitas gerações, por serem lugares bonitos, alguns à beira-mar, e com preços acessíveis para o padrão de cidadãos assalariados. Para os padrões locais, eram valores muito altos e, principalmente, recolocavam de uma outra forma as idéias sobre o valor da terra. Agora não se trata mais de um valor de uso agrícola, mas de um valor em si, traduzido em moeda no uso para construção de bairros e residências. Esse rearranjo provocou um impacto na organização social dessas comunidades, estudado por Rial (2001), Maluf (1993) e Ouriques (1998), na medida em que interferiu na forma como as famílias se organizavam espacial e hierarquicamente. Além disso, os antigos moradores dessas *freguesias* passaram a ser denominados de moradores *nativos* (MALUF, 1993; RIAL, 2001) no contato com essas pessoas vindas de outras cidades brasileiras, que trouxeram para as antigas freguesias inovações de diversas naturezas. Favoreceram o contato dos moradores *nativos* com elementos da urbanidade e formas de viver relacionadas com estilo de vida moderno.⁴

⁴ Foi nesse processo que o morador nativo passou a ser chamado *manezinho*, que era uma forma pejorativa de se referir a essas pessoas que não dominavam os códigos da cidade e da urbanidade.

Esse movimento migratório fez com que a cidade passasse a ter uma maior população pertencente às classes médias, que aumentava a demanda por serviços e produtos. Requeriam outros que até pouco tempo não se faziam necessários como um comércio mais variado, construtoras, empregadas domésticas e jardineiros. Houve também o aumento no número de policiais, funcionários da prefeitura e dos órgãos públicos estatais e federais, das escolas particulares etc.

O início de mudanças ocorreu nos anos 60 e desde esse período foram acrescentados outros elementos que interferem e constroem a forma como as relações sociais se configuram hoje nos antigos bairros rurais da cidade, entre eles a Caieira da Barra do Sul.

IMPACTO DO MOVIMENTO MIGRATÓRIO NA CAIEIRA DA BARRA DO SUL

Apesar de não ter sido alvo direto na construção dos novos bairros residenciais, a Caieira da Barra do Sul sofreu um primeiro conjunto de modificações provocadas por esse processo nos anos 60 e início de 70. Nessa época os moradores da Caieira eram agricultores que viviam em uma localidade a 45 km do centro de Florianópolis, relativamente isolada, uma vez que não havia estrada que ligasse a comunidade às áreas centrais da cidade. Por ser longe do centro e de difícil acesso, não foi efetivamente ocupada por novos moradores das classes médias urbanas. Não passaram pelo mesmo processo, por exemplo, que passou a Lagoa da Conceição, onde houve um impacto por conta de uma intervenção direta na vida da comunidade.

O trabalho agrícola dependia da mão-de-obra familiar que se organizava em *casas*,⁵ local de moradia e produção da família extensa. No entanto, a partir da década de 60 a cidade passou a ser interessante para os filhos jovens de famílias da Caieira e de outras localidades rurais da ilha de Santa Catarina, que buscavam trabalho remunerado fora da comunidade onde nasceram. Iam em busca de uma vida melhor, uma vida de menos sacrifícios, uma vez que a vida de “antigamente” foi representada pelas pessoas com quem conversei durante o trabalho de campo como uma época que não havia dinheiro e nem conforto. A produção agrícola era suficiente apenas para o sustento da família, e a venda do excedente supria apenas as necessidades de alguns poucos produtos não produzidos por eles próprios, como sal, tecidos, roupas e sapatos.

5 Casas são – ainda hoje – a forma de organização espacial dos moradores nativos da Caieira, o local de residência da família extensa. São esses núcleos residenciais que formulam e ancoram o pertencimento à comunidade. Antes das décadas de 1960-1970, casa era também o local de produção agrícola familiar responsável pelo sustento das pessoas.

Era uma época de pouco consumo de produtos industrializados, sendo a maior parte dos utensílios domésticos produzidos por eles mesmos. Algumas pessoas, inclusive, descreveram situações em que passaram fome, por ocasião de secas ou pragas na lavoura, ou quando a família era grande, com crianças e velhos, e em que a mão-de-obra disponível era escassa e as bocas para alimentar eram muitas. Uma mulher de 50 anos me disse que em sua casa

antigamente era tudo rústico, não tinha esses confortos que temos hoje. Não tinha nem sofá. Era só aqueles banquinhos de madeira feitos de qualquer jeito. Para dormir esteiras no chão ou colchão feito de palha de bananeira, e olha que tinha gente que não tinha dinheiro nem para o pano do colchão. Porque ter colchão era só ter o pano, o recheio nós mesmos fazíamos com palha de bananeira (WIGGERS, 2006, p. 50).

Um primeiro impacto sobre a comunidade foi a saída dos filhos das famílias moradoras da Caieira, para morar e trabalhar na cidade. Como as famílias não contavam mais com a mão-de-obra dos filhos jovens que trabalhavam na lavoura, parte das roças foi sendo abandonada e as áreas plantadas diminuíram consideravelmente. Além disso, a ida dos jovens para a cidade em busca de novas oportunidades de renda obrigou as famílias a reordenarem suas hierarquias de reprodução e foi preciso a rearticulação das relações de parentesco e, portanto, de uso da terra.

A ESTRADA: O MUNDO INFINITO ABRE-SE AOS MORADORES DA CAIEIRA

As mudanças que já vinham acontecendo tomaram novo rumo com a abertura da Rodovia Baldicero Filomeno no fim da década de 1970. Essa estrada foi construída respeitando um caminho antigo que costeava o mar e servia a todas as propriedades ao longo do trajeto até o centro da cidade. A abertura da estrada repre-

sentou um segundo movimento de mudança para os moradores da Caieira da Barra do Sul.

Bourdieu (2002) descreve um processo de abertura do mundo fechado das hierarquias locais e da forma de viver de uma sociedade campestre francesa para possibilidades infinitas de rearranjo, quando se entra numa sociedade de consumo e produção capitalistas. Na Caieira, com a abertura da estrada houve uma abertura literal e simbólica de um acesso à cidade, às novas perspectivas de vida e aos elementos da modernidade e urbanidade. A estrada dividiu os terrenos em duas partes, uma para o lado do morro, outra para o lado da praia. A praia, que antes era um lugar de trabalho, onde se pescava, se limpava peixes, se consertava redes e era a parte da propriedade onde os terrenos eram menos férteis e por isso tinham menor valor, passa a ser requerida pelos moradores da cidade, que valorizavam exatamente a praia por seu valor relacionado ao prazer e ao lúdico.

Com a abertura da estrada, a Caieira abriu-se para novos moradores e freqüentadores, que vinham em busca de casas de veraneio em uma praia que tivesse características de área rural. Este é um processo que ocorre em todo o mundo, quando passa a haver um aumento crescente na procura por formas de lazer e mesmo de meios alternativos de vida no campo por pessoas vindas da cidade. Segundo Carneiro (1998), esse movimento se inicia no Brasil na década de 70, tem-se expandindo e encontra legitimidade no fortalecimento do movimento ecológico que ocorre nos anos 90. O contato com a natureza é realçado por valores alternativos, neo-ruralistas e antiprodutivos. “O ar puro, a simplicidade da vida e a natureza são vistos como elementos ‘purificadores’ do corpo e do espírito poluídos pela sociedade industrial. O campo passa a ser reconhecido como o espaço de lazer ou mesmo como opção de residência” (CARNEIRO, 1998, p. 57).

Foi no ensejo desse processo, em que a praia para os veranistas tem um caráter lúdico que inexiste para os moradores nativos, que os terrenos à beira-mar foram vendidos aos novos freqüentadores da Caieira, para que construíssem suas casas de praia. Es-

tes estavam dispostos a pagar preços considerados elevados pelos moradores nativos, acostumados com um padrão de valorização da terra pela sua capacidade de produção. No entanto, para os padrões de consumo de assalariados citadinos esses terrenos eram baratos.⁶ Esses novos proprietários passaram a frequentar a Caieira sazonalmente nos meses de verão.

6 Até os fins da década de 80, quando a estrada ainda não tinha asfalto nos seus últimos 12 km, os terrenos podiam ser adquiridos por preços bem acessíveis. Nos últimos dez anos, o valor desses terrenos foi bastante inflacionado.

A venda dos terrenos à beira-mar trouxe um reforço para a manutenção da organização das famílias extensas em *casas*, porque o dinheiro recebido na transação comercial foi investido na construção de residências nas *casas* já existentes na Caieira. Muitas delas foram reformadas, trazendo melhorias na qualidade de vida de seus moradores. Outras foram construídas para que os filhos, ao casarem, morassem próximo da casa dos pais, colaborando para o reforço da idéia de *casa* como o local de moradia da família extensa.

Em oposição ao valor dado pelos veranistas aos terrenos próximos da praia, os terrenos valiosos para os *daqui* da Caieira da Barra do Sul são aqueles nos morros onde se plantavam as roças. Estes não foram vendidos e permaneceram, em sua maior parte, de propriedade das famílias *daqui*, mesmo que já não fosse usado para plantação de roças. Isso porque as pessoas que ficaram morando na Caieira foram pouco a pouco deixando de viver da agricultura e procuraram trabalho assalariado na cidade e no próprio bairro.

Com a abertura da estrada, gradualmente foi sendo possível o acesso de ônibus ao bairro. Até o início dos anos 80, havia três horários de ônibus no dia, que chegavam até um ponto a 10 km da Caieira. Era o mais perto que se podia chegar do bairro por meio do transporte coletivo urbano. Nos fins da década de 80 e início de 90, essa linha passou a uma frequência de hora em hora, mas continuava a chegar apenas a 10 km da Caieira da Barra do Sul, o resto do trajeto era feito a pé ou a cavalo. Em meados dos anos 90, o ônibus finalmente passou a fazer o trajeto de toda a Rodovia Baldicero Filomeno até o ponto final na Caieira da Barra do Sul, percorrendo inclusive seus 7 km de extensão, numa fre-

qüência de hora em hora. Isso fez que se tornasse possível alguns moradores da Caieira permanecer morando no bairro e trabalhar nas áreas centrais da cidade. Dessa forma, os tempos atuais são representados como muito diferentes de “antigamente”, são tempos em que se têm confortos impensáveis há 20 ou 30 anos. Hoje a Caieira é servida por linhas de ônibus, tem energia elétrica, e a estrada permite que chegue carro em todas as casas do bairro.

O trabalho assalariado é a principal atividade econômica dos moradores *daqui* da Caieira, seja nas áreas centrais da cidade, seja no próprio bairro. As casas de praia abriram a possibilidade de haver atividade remunerada na própria comunidade, tanto para os homens quanto para as mulheres cuidando das casas e dos jardins. O turismo para a praia dos Naufragados propiciou que alguns terrenos se tornassem estacionamentos e bares para servir aos turistas. Além disso, nos últimos dez anos tem havido um incentivo da prefeitura e da UFSC na criação de fazendas marinhas de cultivo de ostras e mariscos, que incrementou a economia da região e empregou algumas pessoas da comunidade no beneficiamento dos moluscos, tornando o trabalho assalariado mais vantajoso que o cultivo da terra.

PERTENCIMENTOS

Outro aspecto que considero fundamental para se entender a trajetória que resultou no processo de preservação ambiental na Caieira da Barra do Sul é como se formula o sentimento de pertencimento à Caieira. A ida para a cidade dos jovens na década de 60 e a vinda de novos freqüentadores *de fora* para a Caieira nas décadas de 70 e 80 fizeram que a *casa* como base para o pertencimento ao bairro sofresse um processo de modificação de significado. No entanto, esse processo não foi rompido e a *casa* continua sendo – ao menos até o ano de 2006 – um elemento constituidor do parentesco e um local onde se ancoram os pertencimentos à Caieira da Barra do Sul, formulados pela memória de convívio fa-

miliar entre gerações de uma mesma família extensa e pela transformação da *casa* em *lugares praticados* (CERTEAU, 1999). As práticas familiares são traduzidas no trabalho nas poucas roças e nos poucos pastos que ainda existem, na ajuda para construir uma casa para a filha que vai casar, nas trocas alimentares quando se presenteia o padrinho ou o tio com peixes recém-pescados, no falatório sobre uma traição, nos cuidados de saúde dos jovens para com os velhos de sua família, no velho que busca no mato as ervas que podem curar o neto da prima ou o filho da irmã ou ainda na fofoca sobre a separação de um casal. Essas práticas familiares e comunitárias é que fazem o sentimento de pertencimento à Caieira manter-se ainda desejável e algo que jovens e velhos *daqui* buscam através de estratégias de atualização das relações cotidianas com os parentes no bairro.

Em todas as conversas com moradores da Caieira, havia uma pergunta importante: Tu és daqui? “Ser daqui” ou *de fora* é uma primeira classificação das pessoas no bairro, e essa classificação aciona noções como: *daqui*, *de fora*, *de praia*, morador, *nativo*, *manezinho*, parentes, família, *casa*. Há uma combinação variada desses elementos, é possível dizer que existem moradores *daqui* e *de fora*, *de praia daqui* e *de fora, daqui* que não mora na Caieira, existem *de fora* que trabalham na Caieira diariamente, bem como há *daqui* que foi criado longe e veio morar só depois de adulto. Alguém poderia perguntar: Que novidade há na identificação das pessoas com o local de nascimento, uma vez que todos costumam identificar-se com um lugar e dizer que é de tal cidade ou tal bairro?

O que faz a diferença no caso da Caieira da Barra do Sul é que, apesar de todas as mudanças pela qual a comunidade vem passando, as *casas* continuam em 2006 a ancorar pertencimento das pessoas *daqui*. A passagem de um “mundo fechado” como era antes a Caieira para “um universo infinito” (BOURDIEU, 2002), com infinitas possibilidades de atualização nas formas de fazer, reordenou as hierarquias presentes nas relações sociais da Caieira, mas não destruiu o sistema classificatório que posiciona as pessoas principalmente na dicotomia *daqui-de fora*.

Nesse novo contexto de relações sociais abertas para um “universo infinito” de possibilidades, os sentimentos de pertença são elaborados segundo uma mesma lógica que operava antes da chegada dos novos moradores e freqüentadores na década de 70; no entanto, os termos da classificação *daqui* e *de fora* foram alargados para receber novos significados. Até a década de 70, os termos da dicotomia *daqui* e *de fora* regulavam e informavam sobre as famílias e as relações de parentesco estabelecidas entre famílias de uma mesma comunidade ou de comunidades distantes. Eram *daqui* da Caieira da Barra do Sul aquelas pessoas que nasceram e cresceram em alguma das *casas* do bairro, que são grupos de co-residência de famílias extensas. A convivência familiar na *casa* durante a primeira infância e, às vezes, no início da adolescência é considerada fundamental para estabelecer os vínculos necessários para compor o sentimento de pertença à casa, à família e à própria comunidade. E *de fora* são aquelas pessoas provenientes de outras localidades, mas que compartilhavam com eles o *ethos* de pequenos produtores rurais de áreas isoladas da cidade e que entravam nas redes de trocas comerciais e matrimoniais que os moradores *daqui* da Caieira participavam.

Com a chegada de novos freqüentadores na Caieira a partir do fim da década de 70, um novo elemento passou a integrar a antiga dicotomia. Novos moradores, com diferenças fundamentais na forma de vida, passaram a ser classificados segundo os mesmos termos *daqui* e *de fora*. Esse último termo passa a referir-se também àqueles veranistas e freqüentadores, de classes médias urbanas, que têm outro *ethos* e que não entram nas redes de trocas matrimoniais. Houve mudanças na Caieira, nas *casas* e na forma de vida de seus moradores, houve também modificação nos termos da dicotomia que classifica as pessoas em relação ao lugar. No entanto, pertencer a uma *casa*, ser *daqui* da Caieira da Barra do Sul e atualizar essa pertença mantendo os vínculos com os parentes e com a comunidade é bom e desejável.

REARRANJO PRÁTICO ÀS REGRAS DE HERANÇA

A divisão da herança assim como a pertença foi sendo rearranjada segundo regras e usos costumeiros. Com as modificações ocorridas no bairro, na desvalorização das atividades rurais e no aumento do valor dos terrenos, novas práticas começaram a acontecer, mas dentro de um padrão que já havia.

Diferente de algumas sociedades campestres (BESTARD, 1998; SEGALÉN, 1981; PINA CABRAL, 2000; BOURDIEU, 2002; MOURA, 1986), na Caieira o casamento é fundamental para homens e mulheres e o celibato não é a estratégia utilizada para manutenção da integridade da propriedade rural. Além disso, todos os filhos, homens e mulheres, herdavam igualmente e têm direito de receber partes iguais das propriedades dos pais, e por ocasião do casamento os filhos já recebem sua parte na herança. Essa divisão igualitária da herança poderia ser um problema para a manutenção do sistema de produção rural e poderíamos perguntar como essas famílias moradoras da Caieira da Barra do Sul se mantiveram como grupo rural por quase dois séculos, dividindo a terra a cada geração. A resposta está na forma como na prática ocorria a divisão das heranças. Alguns filhos de famílias mais numerosas iam embora para sempre, por exemplo, alistando-se no Exército ou na Marinha. Esses filhos eram “esquecidos”, ou seja, deixavam de fazer parte do rol de pessoas *daqui* da Caieira, porque deixavam de pertencer a uma *casa*. Entre as famílias com menos terra, era comum o casamento tardio dos filhos, o que favorecia a diminuição do número de filhos por casal e fazia com que a propriedade não precisasse ser muito dividida. Além disso, havia casamentos com membros das comunidades próximas, o que fazia os filhos recém-casados irem fazer parte da *casa* de seus sogros. Esses filhos, ao casarem, levavam consigo um dote ou enxoval, que era considerado sua parte na herança, e, ao ter recebido essa ajuda para casar, não tinham mais direitos sobre a propriedade dos pais.

Independentemente do dote trazido pelo cônjuge, depois do casamento as terras e a casa onde moravam pertencem aos dois.

Quando um dos dois morre, metade é dividida entre os filhos e metade fica com o cônjuge sobrevivente, até que este também venha a falecer e aí então os filhos herdam suas propriedades.

Com as mudanças ocorridas na década de 60, quando um grande número de jovens busca a cidade para trabalhar, passa a haver a necessidade de se rever a divisão da terra em herança, uma vez que não havia a possibilidade de se indenizar com dinheiro todos os filhos que foram trabalhar na cidade. Como a terra tinha praticamente apenas valor de uso, quando esses filhos das famílias nativas passaram a morar e trabalhar na cidade, alguns abriam mão de sua parte na divisão da terra dos pais em nome de um irmão ou cunhado que ficasse cuidando dos pais velhos. Esses terrenos, que pelas regras de herança deveriam ser divididos igualmente entre todos os filhos, foram deixados para aqueles irmãos que ficavam, porque eles precisavam da propriedade para sustentar suas famílias e os pais. Alguns jovens não receberam nada dos pais, mas isso não foi considerado problema, porque vigorava a idéia de que eles estavam melhorando de vida e, por isso, não precisavam da herança.

Alguns jovens, ao irem embora, não abriam mão legalmente⁷ da herança dos pais, mas, como era costume, deixavam as terras serem usadas por quem precisasse delas. Era um costume comum, em toda a ilha de Santa Catarina, a existência de terras comunais, isso não quer dizer que não houvesse proprietário formal, mas sim que o uso era comum aos membros da comunidade ou da família extensa.

Atualmente, quando os terrenos passaram a ter um valor de mercadoria, os filhos costumam não mais abrir mão de sua parte na herança paterna ou materna. Muitos dos que foram embora na década de 60 e que não abriram mão formalmente de sua parte na herança, voltaram depois de aposentados para residir novamente na Caieira, construindo uma residência no terreno dos pais, tendo por vizinhos irmãos, cunhados e sobrinhos, ressignificando a noção *êmica* de *casa* e reatualizando o pertencimento à Caieira da Barra do Sul.

7 A maior parte dos terrenos da Caieira não está legalizada, em muitos deles os proprietários já faleceram há mais de 50 anos, sem nunca ter sido feito o inventário. No entanto, os direitos de herança são seriamente respeitados.

As *casas* continuam a ser importantes para a formulação do pertencimento, e, como as terras não precisam mais ser cuidadas e plantadas, não é preciso que se fique para cuidar da terra. Com isso, foi sendo incorporada a idéia de meio ambiente valorizando o mato, a vista para o mar, incorporando a preservação ambiental como valor agregado dos terrenos.

RESERVA AMBIENTAL: PARQUE ESTADUAL SERRA DO TABULEIRO

Por volta do período entre 1850 e 1960, morou na praia dos Naufragados uma família influente e rica, com muitos filhos, que mantinha cultivada toda a sua propriedade – a qual englobava toda a ponta sul da ilha de Santa Catarina. Os filhos dessa família, por volta dos anos 60, passaram a viver na cidade ou em outras localidades rurais próximas, entre elas a Caieira da Barra do Sul. As plantações na praia dos Naufragados foram abandonadas e em 20 anos – de 1958 a 1978⁸ – todas as roças se haviam tornado mata nativa. Nesse processo de transformação das roças em mata nativa, essa parte da ilha de Santa Catarina foi incorporada a uma área de reserva ambiental, o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

O Parque Estadual da Serra do Tabuleiro foi criado em 6 de junho de 1975, através do Decreto n. 1.260/75. É a maior unidade de conservação do estado, ocupando uma área de 1% do território de Santa Catarina, com extensão de 87.405 hectares. Abrange a área de nove municípios: Florianópolis, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, São Bonifácio, São Martinho, Imauí, Garopaba, Paulo Lopes. Engloba também as ilhas de Fortaleza de Araçatuba, ilha do Andrade, Papagaio Pequeno, Três Irmãs, Moleques do Sul, Siriú, Coral, dos Cardos e a ponta sul da ilha de Santa Catarina, ou seja, a praia dos Naufragados.

O Decreto n. 2.335, de 17 de março de 1977, declara de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação, áreas de terras destinadas ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

⁸ Em fotos aéreas da ponta sul da ilha de Santa Catarina, é possível visualizar esse processo. A foto aérea tirada em 1958 mostra uma área toda desmatada, e os meus informantes contaram que era uma área inteiramente cultivada. Na foto aérea de 1978, já se percebe que a vegetação cresceu nos locais onde antes eram roçados, ver fotos nos anexos 1 e 2.

[...] a Ponta dos Naufragados, situada na extremo sul da Ilha de Santa Catarina, no Município de Florianópolis, com limites, ao norte, a partir da foz de um córrego sem denominação, que deságua no Costão da Guarita, e subindo por ele, em direção a leste, até a sua nascente; daí, por linha seca, sempre em rumo leste, até encontrar outro ribeirão, também sem denominação, em um local onde forma acentuado cotovelo, subindo por ele até a nascente, no sentido do leste, dali, por linha seca, ainda mesmo rumo, até encontrar a nascente do outro córrego, descendo então por ela até sua foz no Oceano Atlântico, entre a Ponta do Pasto e Saco da Baleia; deste ponto, pela linha do mar contornando a ponta sul da Ilha de Santa Catarina até encontrar o córrego sem denominação inicialmente referido (http://www.fatma.sc.gov.br/pesquisa/abredoc.asp?caminho=http://www.fatma.sc.gov.br/pesquisa/docs/legislacao_estadual/decreto_2335.doc).

Apesar do decreto de desapropriação das terras datar de 1977, apenas no início dos anos 90 foi feito um levantamento e cadastramento das casas existentes e famílias moradoras nas terras próximas da praia dos Naufragados pela Fatma,⁹ juntamente com a Polícia Ambiental do estado de Santa Catarina. Na prática, o que há desde então é a permissão para os antigos moradores continuarem a residir naquela praia e um controle para não permitir novos moradores no local. Não houve, até a presente data, nenhuma desapropriação efetiva de terras na praia dos Naufragados, nem qualquer forma de indenização às famílias.¹⁰

Com a Ponta dos Naufragados fazendo parte da reserva ambiental, a Caieira passou a ser considerada área de entorno da unidade de conservação e, com isso, ficou sujeita à legislação de proteção ambiental específica para áreas de entorno de reserva. Na lei nº 1.260/75, fica definido que a área que engloba a Caieira passa a ser zona de amortecimento: “Zona de amortecimento: o entorno de uma Unidade de Conservação, onde as atividades humanas estão submetidas a normas e restrições específicas, com o

⁹ Fatma: Fundação do Meio Ambiente do estado de Santa Catarina.

¹⁰ Não houve indenização, em parte porque toda ilha de Santa Catarina se encaixava – até o ano de 2006 – na legislação que torna suas terras área de marinha por localizarem-se a beira-mar. Isso fazia que o processo de legalização da propriedade com registros de posse fosse bastante trabalhoso e custoso, e não era feito pelos moradores que tradicionalmente ocupavam essas terras. Mas, principalmente, não houve indenização das famílias que moravam na praia dos Naufragados e ainda viviam da agricultura, por serem pobres e não terem influência política para requererem seus direitos, num contexto político em que se põem em prática idéias de ambientalismo e preservação ambiental e quando se discute sobre a possibilidade ou não da permanência humana em áreas de preservação ambiental. Sobre esse assunto, ver Diegues (2000; 2004).

propósito de minimizar a pressão e os impactos decorrentes da ação humana nas áreas vizinhas à área protegida (Arquivo do Ministério Público)”.

O que se faz interessante chamar a atenção sobre esse ponto é que não houve, por parte dos moradores da Caieira, nenhum protesto contra a transformação de suas terras em áreas sujeitas ao controle externo por conta de leis de preservação ambiental. Mesmo sendo suas terras ancestrais onde se ancoravam pertencimentos e a memória dos antepassados, ou mesmo terras que ainda eram cultivadas pela família. Não burlaram as regras impostas para que houvesse “preservação ambiental”, materializada no não-desmatamento para o plantio de roças ou pastos e na expressa proibição das atividades de caça. E de certa forma se pode dizer que o discurso da preservação foi assimilado pelos moradores *daqui*, quando o mato agrega valor aos terrenos e esses moradores não precisam mais se dedicar à atividade agrícola para a sobrevivência.

Temos assim que as leis de preservação ambiental foram incentivadoras do abandono da atividade agrícola, uma vez que desestimula o plantio de roça ou pasto, mas sua influência acontece quando o processo já está em andamento, quando já existe um movimento nesse sentido ocorrendo no bairro e a legislação vem para enfatizar. Até porque a fiscalização do Ibama, da Fatma ou da Polícia Ambiental, em Florianópolis assim como em todo Brasil, é bastante precária e por si só não daria conta de fazer que os morros da Caieira não fossem desmatados, se esta fosse a vontade de seus proprietários.

CONSIDERAÇÕES

Na década de 80, as roças já haviam sido abandonadas pelas famílias que antes as cultivavam. Foi um processo gradativo, que se iniciou com as mudanças que ocorreram na cidade de Florianópolis na década de 60, com a abertura para um universo infinito de possibilidades, em que elementos da modernidade passaram a

fazer parte da realidade cotidiana da cidade. Na Caieira da Barra do Sul, nessa mesma época houve um primeiro movimento que foi a saída dos filhos jovens das famílias *daqui* para trabalhar na cidade, um segundo momento importante foi na década de 70, início de 80, quando se abriu a estrada e a Caieira abriu-se literal e simbolicamente para a chegada de novos freqüentadores: os veranistas e turistas. Esses dois movimentos modificam tanto as trocas matrimoniais quanto o uso da terra, intervindo de forma decisiva na reordenação das hierarquias locais.

A abertura de um “mundo fechado” para um “universo infinito” (BOURDIEU, 2002) reordena o jogo das alianças matrimoniais, revaloriza a terra tirando-a de seu lugar de produtora e tornando-a vulnerável e protegida em função de valores em transformação. Também se vê como a aproximação do universo fechado da Caieira com o universo infinito da cidade e da modernidade, seja através dos trabalhos dos jovens da Caieira na cidade, seja com a entrada dos turistas e veranistas na Caieira, constitui um novo repertório de relação com a terra.

Em Béarn* o processo de abertura do mundo campesino para as infinitas possibilidades resulta na desvalorização da propriedade agrícola no campo matrimonial, ou seja, os herdeiros que antes eram pretendentes valorizados pelas famílias do local passam a não ter mais moças com quem casar, porque elas passam a preferir alguém que trabalhe na cidade por ser uma posição mais vantajosa. Para uma moça de Béarn da década de 60, casar com um herdeiro significava ficar presa à condição campesina, colocar-se como co-responsável pela manutenção da terra-patrimônio e assumir os cuidados com os sogros até sua morte. Os herdeiros do patrimônio passam a ficar solteiros, e se inverte os valores importantes até então, uma vez que antes quem ficava solteiro era o filho que não tinha direito à propriedade. Tanto a casa quanto a terra, no sentido dado por Woortman (1995) de terra-patrimônio que é materialidade da descendência, passam a não valer a mesma coisa nem econômica e nem simbolicamente no período de urbanização (BOURDIEU, 2002).

* Nota do Editor: Béarn é a localidade estudada por Bourdieu em BOURDIEU, Pierre. *Le Bal des célibataires. Crise de la société paysanne en Béarn*. Paris: Seuil, 2002.

A dinâmica ocorrida na Caieira da Barra do Sul depois da abertura da estrada é um tanto distinta daquela descrita por Bourdieu em Béarn. Na Caieira, o herdeiro não se torna desinteressante para o matrimônio. Ser proprietário na Caieira, mesmo depois das mudanças ocorridas, não carrega em si a maldição de tornar-se celibatário. Acredito que isso ocorra por diversos motivos, entre eles por não haver uma rigidez de regras de primogenitura, em que apenas um filho herdava a propriedade e as obrigações para com o patrimônio, sendo obrigado a zelar pela indivisibilidade deste. Além disso, morar na Caieira não representa mais ter que viver da produção rural e do trabalho duro na lavoura, já que há várias possibilidades de trabalho assalariado no próprio bairro. E por fim, a qualquer momento de necessidades financeiras a terra pode ser vendida, e o terreno não cultivado passa a ter valor acrescido por ter “mata nativa preservada”.

Mesmo que os terrenos não tenham mais valor de uso por estarem sujeitos às regras de proteção ambiental e não podendo ser desmatados, os moradores *daqui* da Caieira não se desfizeram de suas propriedades nos morros onde antigamente se plantava as roças. Essas terras permaneceram, em sua maior parte, de propriedade das famílias *daqui* e não foram vendidas para os de fora nem mesmo quando a especulação imobiliária faz os terrenos passarem a valer muito dinheiro. Percebe-se nessas atitudes uma ressignificação para o valor da terra.

Ser proprietário de um terreno na Caieira colabora nas atualizações do sentimento de pertencer à comunidade. Pertencer à Caieira da Barra do Sul é algo desejado pela maior parte dos nativos *daqui* da Caieira, aqueles que fizeram parte de uma *casa* durante a infância. Dona Cecília falou-me de sua sobrinha, filha da última família a deixar a *casa* na praia dos Naufragados, e do laço estabelecido pela moça com o lugar de nascença e onde passou a primeira infância. Por conta desse pertencimento, ela precisa ir aos Naufragados toda semana, *ela tem precisão dos Naufragados, diferente de seu irmão que não foi criado lá.*

Houve na Caieira da Barra do Sul um ressurgimento da noção de terras a serem protegidas; no entanto não é possível analisar esse processo como se coincidissem totalmente com a idéia de que aconteceu a proteção ambiental pura e simplesmente porque se abandonou as plantações, nem com a idéia inversa, de que as leis de proteção fizeram que a natureza fosse protegida. O que ocorreu na Caieira foi o resultado da combinação de fatores que fazem o processo do mundo fechado ao universo infinito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, LEI N. 11.986, de 12 de novembro de 2001. Disponível em < http://www.mp.sc.gov.br/legisla/est_leidec/lei_estadual/2001/le11986_01.htm>. Acesso em 3 maio 2005.

BESTARD, Jean. Parentesco y Modernidad. Barcelona: Paidós, 1998.

BOURDIEU, Pierre. A propos de la famille comme catégorie réalisée. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 100, p. 32-36, dez. 1993.

_____. *Le bal des célibataires*. Crise de la société paysanne en Béarn. Paris: Seuil, 2002.

CARNEIRO, Glauco. *Florianópolis, roteiro da ilha encantada*. Florianópolis: Expressão, Museu de Arte de São Paulo, Banco Bandeirantes, 1991.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 11, 1998, p. 53-75.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano, artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1999.

DARELLA, Maria Dorothea. A presença guarani no litoral catarinense: breve informe. *Campos Revista de Antropologia Social*, Curitiba, v. 4, 2003.

DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). *Etnoconservação*. Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, Nupaub/USP, 2000.

- DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, Nupaub/USP, 2004.
- FANTIN, Márcia. *Cidade dividida: dilemas e disputas simbólicas em Florianópolis*. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.
- FARIAS, Vilson Francisco. *Dos Açores ao Brasil meridional: uma viagem no tempo*. Florianópolis: edição do autor, 1998.
- MALUF, Sônia. *Encontros noturnos: bruxas e bruxarias na lagoa da Conceição*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1993.
- MOURA, Margarida Maria. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1986.
- OURIQUES, Helton Ricardo. *Turismo em Florianópolis, uma crítica à indústria pós-moderna*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.
- PEREIRA, Nereu do Vale; PEREIRA, Francisco do Vale; SILVA NETO, Waldemar Joaquim. *Ribeirão da Ilha*. Vida e retratos. Um distrito em destaque. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1990.
- PINA CABRAL, João de. *Os contextos da antropologia*. Coleção Memória e Sociedade. Lisboa: Difel, 1991.
- _____. (Org.) *Elites: choice, leadership and succession*. Oxford, New York: Berger, 2000.
- _____. *O homem na família: cinco ensaios de antropologia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo – Colônia*. São Paulo: Brasiliense, Publifolha, 2000.
- RIAL, Carmem. Manezinho: de ofensa a troféu. *Antropologia em Primeira Mão*, Florianópolis, n. 48, 2001.
- SEGALEN, Martine. *Mari et femme dan la société paysanne*. Paris: Flammarion, 1980.
- WIGGERS, Raquel. “*Sou daqui da Caieira da Barra do Sul*”: parentesco, família, casa e pertença em uma localidade no Sul do Brasil. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Unicamp, Campinas.
- WOORTMANN, Ellen. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo, Brasília: Hucitec, Edunb, 1995.
- WOORTMANN, Klaas. A etnologia (quase) esquecida de Bourdieu ou, o que fazer com heresias. *Série Antropologia*, Brasília, UnB, 2002.

RAQUEL WIGGERS é professora-doutora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Amazonas-Ufam.

ANEXO 1



Foto aérea – ponta sul da ilha de Santa Catarina, ano de 1958 (fonte: IPUF).

ANEXO 2



Foto aérea – ponta sul da ilha de Santa Catarina, ano de 1978
(Fonte: IPUF).